

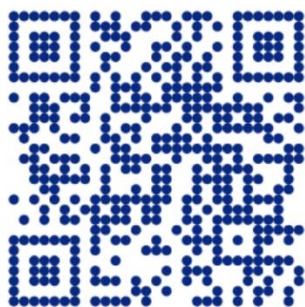


**Fundação Luterana
de Diaconia**

Demonstrações Contábeis
do exercício findo em 31 de
dezembro de 2022

e

Relatório dos Auditores
Independentes





FLD - FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA

CNPJ 04.358.174/0001-81

Demonstrações Contábeis
do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
e
Relatório dos Auditores Independentes

CONTEÚDO

1. Relatório dos Auditores Independentes.....	03
2. Balanço Patrimonial	06
3. Demonstrações dos superávits e déficits.....	07
4. Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	08
5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	09
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
7. Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis.....	11


2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da
FLD - Fundação Luterana de Diaconia
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FLD - Fundação Luterana de Diaconia**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos superávits, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FLD - Fundação Luterana de Diaconia**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados nós e emitimos relatório de auditoria, em 13 de maio de 2022, sem modificações.



Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de maio de 2023.

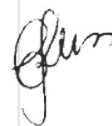
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. N°. 2SP 14.712/O-2



Heitor Piovam

Contador CRC ISP 331.721/O-6



Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante:				Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.187.620	8.208.981	Fornecedores	9	305.862	131.670
Créditos a receber	6	2.136.556	414.841	Contas a pagar - Filiais	10	728.820	-
Adiantamentos	7	627.228	398.582	Obrigações fiscais e trabalhistas	11	922.452	338.093
Despesas antecipadas		-	771	Convênios e projetos	12	3.954.047	6.418.596
Total do Ativo Circulante		7.951.404	9.023.175	Total do Passivo Circulante		5.911.181	6.888.359
Não Circulante:				Não Circulante			
Realizável a longo prazo	12	293.715	293.715	Convênios e projetos	12	421.756	436.756
Investimentos		8.149	8.149	Total do Passivo não Circulante		421.756	436.756
Imobilizado	8	2.134.323	1.820.460	Patrimônio Social			
Total do Ativo não Circulante		2.436.187	2.122.324	Patrimônio Social	14.a	4.369.083	3.471.653
				Ajuste de avaliação patrimonial	14.b	218.225	235.122
				Superávit / (Déficit) do exercício		(532.654)	113.609
				Total do Patrimônio Social		4.054.654	3.820.384
Total do Ativo		10.387.591	11.145.499	Total do Passivo e Patrimônio Social		10.387.591	11.145.499

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis



Demonstração dos Déficits
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional Líquida	15	15.305.522	15.331.793
		15.305.522	15.331.793
Custo dos Projetos Executados			
Despesas com Projetos/Atividades	17	(6.369.743)	(5.221.303)
Custo com Pessoal	18	(7.534.505)	(8.281.066)
Custo com Terceiros	19	(889.839)	(760.644)
		(14.794.087)	(14.263.013)
Superávit bruto		511.435	1.068.780
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	20	(799.121)	(637.630)
Depreciação		(469.958)	(411.085)
Impostos e Taxas		(51.046)	(29.873)
		(1.320.125)	(1.078.588)
(Déficit) antes do resultado financeiro		(808.690)	(9.808)
Resultado financeiro, líquido	21		
Receitas financeiras		304.652	141.344
Despesas financeiras		(45.513)	(34.824)
		259.139	106.520
(Déficit) / Superávit do exercício		(549.551)	96.712



As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis



FUNDAÇÃO
LUTERANA
DE DIACONIA

actaliança

Fundação Luterana de Diaconia

CNPJ: 04.358.174/0001-81

Demonstração de Resultados Abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(Déficit) / Superávit líquido do exercício	<u>(549.551)</u>	<u>96.712</u>
Outros resultados abrangentes – Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	16.897	16.897
Resultado abrangente para o exercício	<u>(532.654)</u>	<u>113.609</u>

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Doações Patrimoniais	Superávit / (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.171.115	252.019	460.602	(1.219.068)	3.664.668
Transferência do resultado para patrimônio social	(1.219.068)	-	-	1.219.068	-
Superávit do exercício	-	-	-	96.712	96.712
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.897)	-	16.897	-
Incorporação das doações no patrimônio social	59.004	-	-	-	59.004
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.011.051	235.122	460.602	113.609	3.820.384
Transferência do resultado para patrimônio social	113.609	-	-	(113.609)	-
Déficit do exercício	-	-	-	(549.551)	(549.551)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.897)	-	16.897	-
Incorporação líquida de doações ao patrimônio	783.821	-	-	-	783.821
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.908.481	218.225	460.602	(532.654)	4.054.654

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis



Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) / Superávit do exercício	(549.551)	96.712
<u>Ajustes para reconciliar o resultado</u>		
(+) Depreciação	469.958	411.085
	469.958	411.085
Resultado ajustado	(79.593)	507.797
<u>(Aumento) / Redução ativos operacionais</u>		
Créditos a receber	(1.721.715)	135.019
Adiantamentos	(228.646)	(85.930)
Despesas antecipadas	771	4.551
Realizável a longo prazo	-	2.647
	(1.949.590)	56.287
<u>Aumento / (Redução) passivos operacionais</u>		
Fornecedores	174.192	(398.908)
Contas a Pagar - Filiais	728.820	
Obrigações fiscais e trabalhistas	584.359	(356.180)
Projetos a repassar	(2.464.549)	1.837.419
Convênios e projetos	(15.000)	(244.629)
	(992.178)	837.702
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(3.021.361)	1.401.786
<u>(Redução) / Aumento de caixa e equivalente de caixa (Nota 5)</u>	<u>(3.021.361)</u>	<u>1.401.786</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.208.981	6.807.195
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.187.620	8.208.981
(Redução) / Aumento de caixa e equivalente de caixa	(3.021.361)	1.401.786



As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Luterana de Diaconia - FLD é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem discriminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais, reger-se-á pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com sede na Rua Doutor Flores, nº 62, sala 901, Centro em Porto Alegre - RS. A Fundação tem por finalidade a promoção do desenvolvimento social e combate à pobreza, através do apoio e acompanhamento aos projetos de grupos organizados da sociedade civil que promovam qualidade de vida, cidadania e justiça social.

O Ministério da Cidadania concedeu o CEBAS a Entidade pelo período 28/04/2021 a 27/04/2024, conforme publicação da portaria nº 182/2022 no Diário Oficial da União (DOU) de 07/12/2022, referente ao processo nº 235874.0084887/202, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e decreto nº 8.242/2014.

Em 16/12/2021 foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU), a Lei Complementar Nº 187/2021, que trouxe novas orientações e exigências técnicas e regulatórias para a próxima concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade cumpria com todos os requisitos desta lei complementar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No.1.376/11 (NBC TG26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) e que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 - NBCT - 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022 foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Entidade, visto que as operações estão fluindo dentro da normalidade e não existem fatores que atualmente possam afetar significativamente o desempenho futuro da mesma.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Administração, em 17 de maio de 2023.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Reconhecimento de receita

As receitas são os recursos financeiros provenientes das diferentes fontes de apoio e são destinados a projetos, programas, iniciativas desenvolvidas e para cobrir os custos operacionais e administrativos da Fundação Luterana de Diaconia. Eles podem ser de cooperação nacional ou internacional, de entidades com personalidade jurídica ou doações de pessoas físicas.

Os recursos financeiros oriundos de fontes internacionais são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da operação de câmbio.

(i) Receita operacional e de programas especiais

A receita operacional e de programas especiais é reconhecida no resultado quando é realizado o processo de fechamento de câmbio dos valores recebidos de fontes internacionais.

(ii) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: contas a pagar a fornecedores e saldos de projetos e convênios.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021, incluindo operações de *hedge que possuem* característica de transação compensatória que visa proteger (um operador financeiro) contra prejuízos na oscilação de preços; proteção cambial.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são contabilizados como Instrumentos Financeiros Básicos e estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas *pro rata temporis* até a data das Demonstrações Contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de Renda Fixa, com prazo de resgate que não excede 90 dias.

e) Imobilizado

Estão demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas estão de acordo com o tempo de vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação
Prédios	4%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, pudessem estar acima do valor recuperável, de acordo com o NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

No exercício de 2010, a entidade efetuou a adoção do custo atribuído (Deemed Cost) ao seu Imobilizado, através do Laudo de Avaliação realizado por empresa independente em dezembro de 2010 que recompôs o valor do Imobilizado e atribuiu nova vida útil econômica a estes bens. A contrapartida da recomposição destes saldos encontra-se em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social.

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

h) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a entidade não considerou relevante os efeitos destes ajustes nas demonstrações contábeis.

i) Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação as estimativas.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A FLD, por sua finalidade, objetivos e por atender os requisitos da legislação em vigor, é isento de imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido e apresenta anualmente sua declaração e isenção de imposto de renda pessoa jurídica na forma normativa da Secretaria da Receita Federal.

k) Apuração de resultado do período

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

l) Patrimônio Social

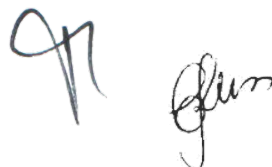
O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou déficit ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

O superávit ou déficit será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 (R1).

m) Demonstração do fluxo de caixa:

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (R1).

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um Associado ou Financiador em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis pactuados.

A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

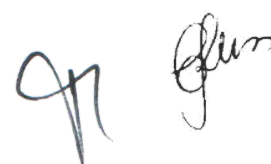
Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de financiadores e doadores. A Administração da Entidade entende que tais fontes, momentaneamente, mantêm o caixa para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13.213	2.434
Bancos conta movimento	438.135	972.901
Aplicações financeiras	4.736.272	7.233.646
	5.187.620	8.208.981

As aplicações financeiras de curto prazo, renda fixa, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos em Instituições financeiras com rating de solvência.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

6. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa Administrativa Filiais	-	56.038
Empréstimos entre contas - contra lançamento (i)	394.121	250.372
Adiantamento para atividades (ii)	165.000	-
Devedores Diversos	1.334	-
FLD – Baviera	29.282	-
FLD – PPM	108.431	108.431
PPM/FLD Trienal 2020-2022 - L-BRA - 2019-0320	949.495	-
Projeto 557 - Nem tão Doce Lar	21.883	-
Outros créditos a receber (iii)	467.010	-
	<u>2.136.556</u>	<u>414.841</u>

(i) Refere-se a controle de transações entre contas de projetos da própria Entidade.

(ii) Refere-se a adiantamento as filiais para atividades.

(iii) Refere-se a retenções e pagamentos de contribuições devidas pelas filiais e pagas por intermédio da Entidade:

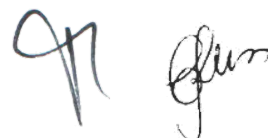
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COMIN	37.657	-
CAPA - Erexim	186.595	-
CAPA - Rondon	132.302	-
CAPA - Pelotas	68.758	-
CAPA - Verê	17.159	-
CAPA Santa Cruz do Sul	24.539	-
	<u>467.010</u>	<u>-</u>

7. ADIANTAMENTOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de projetos a serem reembolsados (i)	237.813	373.624
Antecipação Impostos s/férias	44.733	-
Adiantamento de ordenados e Férias (ii)	344.682	24.958
	<u>627.228</u>	<u>398.582</u>

(i) Refere-se a adiantamento de gastos para execução de projetos PPM/FLD Trienal Articulação CAPA 2019-2021. Em 2022, a Entidade recebeu o valor Projeto Trienal FLD PPM L-BRA 2017-0031, constante no saldo de 31/12/2021.

(ii) Refere-se aos valores pagos de férias e adiantamento de salários.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

8. IMOBILIZADO

Custo do Imobilizado	Terrenos	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31/12/2021	322.012	1.172.481	1.899.463	658.053	213.793	4.265.802
Aquisições	-	-	664.735	158.359	48.055	871.149
Baixas	-	-	(357.020)	(19.667)	(4.650)	(381.337)
Saldo do Custo em 31/12/2022	322.012	1.172.481	2.207.178	796.745	257.198	4.755.614
Depreciação Acumulada						
Saldo em 31/12/2021	-	(452.546)	(1.366.443)	(433.285)	(193.068)	(2.445.342)
Depreciação	-	(44.758)	(343.783)	(71.467)	(9.950)	(469.958)
Baixas	-	-	269.804	19.555	4.650	294.009
Saldo líquido em 31/12/2022	-	(497.304)	(1.440.422)	(485.199)	(198.368)	(2.621.291)
Valor Residual						
Saldo em 31/12/2021	322.012	719.935	533.020	224.768	20.725	1.820.460
Saldo em 31/12/2022	322.012	675.177	766.756	311.548	58.830	2.134.323

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

A Administração da Entidade revisou a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, no entanto não identificou a existência de indicadores de que houvesse diferença entre a atual vida útil, considerando a política de renovação dos bens.

9. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	92.976	29.082
Adiantamento entre filiais (i)	212.886	102.588
	305.862	131.670

(i) Refere-se a adiantamento filiais.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

10. CONTAS A PAGAR - FILIAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas Correntes Projetos (i)	263.749	-
Contas Correntes departamentos (ii)	465.071	-
	<u>728.820</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se a controle de transações entre contas de projeto da própria Entidade.

(ii) Refere-se a retenções e pagamentos de contribuições devidas pelas filiais e pagas por intermédio da Entidade.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COMIN	37.042	-
CAPA - Erexim	186.331	-
CAPA - Rondon	132.302	-
CAPA - Pelotas	68.200	-
CAPA - Verê	17.159	-
CAPA Santa Cruz do Sul	24.037	-
	<u>465.071</u>	<u>-</u>

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Férias a Pagar (i)	494.233	24.462
Provisão rescisória a pagar	61.970	167.407
Provisão de Rescisão Trienal PPM 2020-2022 (ii)	323.262	-
IRRF a recolher	1.724	42.429
FGTS a recolher	-	47.004
FGTS s/Férias a pagar	39.447	17.792
INSS a recolher	1.256	36.410
Contribuição Sindical/Plano de Saúde	-	1.072
ISSQN a recolher	9	-
IRRF s Serviços a recolher	129	352
CSRF a recolher	422	1.165
	<u>922.452</u>	<u>338.093</u>

(i) As férias foram adiantadas em 12/2022, conforme nota explicativa 7, sendo este saldo quitado pela ocasião da folha de pagamento de 01/2023.

(ii) Valores referente a provisão de Rescisão de contratos de trabalho do período do Trienal PPM 2020-2022.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

12. CONVÊNIOS E PROJETOS

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Convênios e projetos - Circulante</u>		
Projeto União Europeia - COMIN	383.695	1.646.206
Consórcio CAPA - Articulação	107.808	1.473.173
Saldo de Projetos - outros Projetos - COMIN	1.054.239	1.054.997
Trienal PPM 2020 - 2022	-	766.742
Trienal PPM 2023 - 2025	532.240	-
Saldo de Projetos PPM - COMIN	-	594.257
Projetos Pelotas	15.428	286.347
Projeto FLM	-	174.956
Projeto Mobilização Recursos - PPM	151.860	165.387
Projeto ATER	9.986	128.578
Projeto Campanha Cesta Consciente/Projetos de Vida	189.251	58.811
Projeto ELCA – Rede Comércio Justo e Solidário	72.500	58.524
Fundo Rede Comércio Justo e Solidário	12.375	8.474
CONIC/RS	1.563	1.344
ABONG	800	800
Projeto Emenda Parlamentar	35.612	-
Projeto ACT Alliance	313.572	-
Projeto INNOVA	196.473	-
Projeto MAPA 909837-2021	270.818	-
Projeto MAPA 927351-2022	250.000	-
Projeto Manos Unidas	245.710	-
Trienal PPM COMIN 2022-2024	59.810	-
Projeto Casa de Farinha Puruborá - DE LOODS	5.676	-
Projeto Ubuntu – Abrace um Terreiro	44.631	-
	3.954.047	6.418.596

Convênios e projetos – Passivo Não Circulante

Fundo de Apoio Comunitário	290.866	290.866
Projeto Fundo de Emergência	130.890	130.890
PPP - saldo projeto Trienal 2017/2019	-	15.000
	421.756	436.756

Convênios e projetos – Ativo Não Circulante

Fundo de Apoio Comunitário	293.715	293.715
	293.715	293.715

Os projetos classificados no ativo e passivo não circulante possuem expectativa de realização/liquidação em período superior a 12 meses



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade não é parte em processos judiciais de natureza cível, tributário e trabalhistas, dos quais os assessores jurídicos indiquem previsão de perda provável, portanto não são reconhecidas provisões para contingências nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, não existiam causas com prognóstico de perda possível, as quais deveriam ser ao menos divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme normas de apresentação e divulgação.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

14.a Patrimônio Social

O Patrimônio Social é apresentado em valor histórico e totaliza R\$ 4.369.083 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.471.653 em 2021).

14.b Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência da recomposição dos bens do ativo imobilizado, apresenta o saldo de R\$ 218.225 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 235.122 em 2021).

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas PPM	10.302.727	10.090.701
Projeto União Europeias COMIN	950.930	-
Doações de Pessoas Jurídicas	697.355	995.086
Receita Contrapartida Recursos Próprios para PPM	371.512	-
Receitas FLD	417.965	279.272
Receitas FLM	372.332	166.522
Receitas ELCA	467.017	353.485
Subvenções Governamentais	272.406	2.772.032
Projeto CAPA	203.500	44.880
Receita Projeto Mobilização de Recursos - PPM	388.343	-
Receitas IECLB	138.289	100.434
Projeto INNOVA	116.526	-
Doações de pessoas físicas e ofertas	119.941	49.174
Receita Projeto Rede Diaconia - Projeto 591 Baviera- IECLB	100.332	-
Receitas Diversas	70.000	-
Projeto FEACT	76.428	-
Receitas Vastenactie	59.748	70.643
Projeto Nem tão Doce Lar	54.086	-
Projeto ECOFORTE	53.734	-
Receitas Filiais	40.000	-
Receita Projeto Mobilização de Recursos - Recursos Próprios	10.000	-
Projeto Ubuntun	5.369	-
Projetos COMIN	9.260	400.000
Missie Ontwikkeling Vrede	7.722	9.564
	15.305.502	15.331.793



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

16. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

As receitas com trabalhos voluntários devem ser reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

A FLD atualmente não possui controle e apresentação dos serviços prestados gratuitamente, não efetuando o registro nas Demonstrações do Resultado do período.

Os serviços de gratuidades prestados à FLD são realizados pelas membras e membros do conselho deliberativo, conselho fiscal, da diretoria executiva, dos conselhos das filiais e da comissão de avaliação de projetos.

17. CUSTO DOS PROJETOS EXECUTADOS

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Despesas com Projetos/Atividades</u>		
Programa de Pequenos Projetos	(1.659.630)	(458.897)
Programa COMIN	(1.019.304)	(1.254.262)
Programa CAPA	(1.409.796)	(1.148.208)
Projeto Direito e Incidência: Povos Indígena em Resistência	(627.793)	-
Programa Ajuda Humanitária	(293.420)	(1.844.505)
Projeto Mobilização Recursos	(301.816)	(275.796)
Projeto Comunidades Quilombolas	(311.517)	-
Projeto Rede de Diaconia	(255.768)	(13.182)
Comitê Povos Tradicionais	(108.446)	(5.157)
Projeto Catadoras e Catadores	(94.561)	(125.488)
Projeto Nem Tão Doce Lar	(83.438)	(9.719)
Rede de Comercio Justo e Solidário	(61.059)	(86.089)
Gênero e Resistência: Mulheres Quilombolas na Liderança	(30.128)	-
Projeto INNOVA	(24.624)	-
Projeto Sistemas Alimentares Justo e Resilientes - AVA/ICV	(27.850)	-
Agroecologia Urbana, PLPs e Segurança Alimentar	(16.794)	-
Projeto FEACTION-Brasil	(40.181)	-
CRESOL	(3.618)	-
	<u>(6.369.743)</u>	<u>(5.221.303)</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

18. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS COM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Salários	(4.927.054)	(5.628.730)
Estagiário	(8.188)	-
Férias	(801.296)	(807.988)
Encargos Sociais	(742.511)	(1.033.125)
13º Salário	(462.311)	(540.517)
Planos de Saúde e Seguros	(180.541)	(163.634)
Vale Alimentação	(62.581)	(75.623)
Indenizações	(23.573)	(31.191)
Provisão de Rescisão Trienal PPM 2020-2022	(323.262)	-
Vale Transporte	(3.188)	(258)
	(7.534.505)	(8.281.066)

19. DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/12/2022	31/12/2021
Honorários Profissionais	(209.580)	(263.907)
Serviço de Pessoas Jurídicas	(680.259)	(496.737)
	(889.839)	(760.644)

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Despesas Administrativas</u>		
Água e Esgoto	(4.588)	(3.836)
Aluguéis	(5.370)	(5.510)
Energia Elétrica	(27.074)	(19.497)
Condomínio	(34.830)	(31.206)
Auditoria	(45.201)	(54.420)
Telefone e Correios	(70.116)	(77.748)
Seguros	(154.498)	(88.058)
	(341.677)	(280.276)
<u>Despesas com Consumo Diversos</u>		
Impressos e Material de Escritório	(128.355)	(69.500)
Material de Limpeza e Higiene	(11.688)	(7.275)
Manutenção Veículos	(120.514)	(247.591)
Manutenção Imóvel	(64.807)	(7.005)
Manutenção Equipamentos	(132.080)	(25.984)
	(457.444)	(357.353)
Total das despesas gerais e administrativas	(799.121)	(637.630)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeira	290.021	139.556
Outros acréscimos	14.631	1.788
Total de receitas financeiras	304.652	141.344
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(43.032)	(34.180)
Juros e multas	(2.342)	(644)
Perdas com aplicações	(139)	-
Total de despesas financeiras	(45.513)	(34.824)
	259.139	106.520

22. SEGUROS

A Entidade mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTE

Os dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu estatuto social, no artigo 6º, §2º e §3º.

24. RENÚNCIA FISCAL

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está isenta do imposto de renda, da contribuição social.

Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser relacionada nas demonstrações contábeis, estão sendo divulgados e apresentados os impostos que seriam incidentes sobre as operações, caso a Entidade não atuasse em atividades sem fins lucrativos.

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- PIS s/ Folha (Programa de Integração Social) sobre a folha de pagamento;
- INSS - Cota Patronal (Instituto Nacional da Seguridade Social)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

	31/12/2022	31/12/2021
IMUNIDADE DA COTA PATRONAL		
Previdência Social Patronal INSS	1.564.318	1.813.799
(-) Isenção Quota Patronal INSS	(1.564.318)	(1.813.799)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles.

Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes internacionais e contas a pagar a fornecedores.

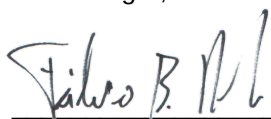
Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A entidade manteve todas as atividades presenciais, operacionais e administrativas durante o ano de 2022, apesar das adversidades do período pós-pandemia. A FLD continua a busca por mais eficiência na gestão de seus custos e do adequado cumprimento dos convênios com financiadores para fazer frente ao novo cenário econômico-financeiro de 2023.

Não ocorreram outros eventos, após o encerramento do exercício, que devessem ser divulgados nessas demonstrações contábeis

Porto Alegre, 17 de maio de 2023.



Fabio Bernardo Rucks
Presidente Diretoria Executiva
CPF: 901.606.810-49



Cibele Kuss
Secretária Executiva
CPF: 901.334.040-72

Kelly Atauana Cardoso Soares
Contadora - CRC RS-063411-O
CPF: 627.662.870-00